



## **RECONHECIMENTO DE SABERES PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CERTIFIC INTEGRADO AO PROEJA NO IFSC**

**Claudia Hickenbick <sup>1</sup>; Elenita Eliete de Lima Ramos <sup>2</sup>; Renata Acauan <sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Mestre, IFSC, GPEJAT, claudia@ifsc.edu.br; <sup>2</sup> Doutora, IFSC, GPEJAT, elenita@ifsc.edu.br; <sup>3</sup> Mestre, IFSC, GPEJAT, renata.acauan@ifsc.edu.br

**EIXO 7: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
(EJA) NA PERSPECTIVA DO MUNDO DO TRABALHO**

### **RESUMO**

A centralidade do trabalho preconizada para a Educação de Jovens e Adultos - EJA deve se concretizar em projetos pedagógicos que priorizem conteúdos e métodos de ensino adequados às realidades profissionais e sociais dos trabalhadores. (MORAES e LOPES, 2005). Nessa direção “é preciso deixar que as experiências e saberes trazidos do trabalho invadam o espaço escolar, o que implica considerar o trabalhador como par dialético com o professor (...) realizar um trabalho pedagógico em que a experiência está no centro e não as carências” (FISCHER e FRANZOI, 2005, p. 42). Neste sentido, os processos de reconhecimento e certificação de saberes profissionais, são uma dimensão importante para a EJA, estando presentes no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) como estratégia para o cumprimento da meta 10, que ratifica a importância de se ofertar a EJA na forma integrada à educação profissional.

No Brasil, os processos de reconhecimento de saberes profissionais anteriores a 2003, foram desenvolvidos no contexto de políticas neoliberais, no qual estava colocado o protagonismo do setor empresarial. A partir do ano de 2003, se assume o desafio da construção de um sistema nacional de certificação profissional que possa atender ao conjunto das demandas sociais e não apenas aos interesses de um único segmento social. (MORAES e LOPES, 2005).

O objetivo deste trabalho é discutir a importância do processo de reconhecimento e certificação de saberes profissionais na EJA, mais especificamente inserido no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Continuada (Rede CERTIFIC) foi instituída pela Portaria Interministerial N° 1082 de 20/11/2009 e reorganizada pela portaria N° 5 de 25/04/2014, passando a ser denominada Rede Nacional de Certificação Profissional. Embora o termo Formação Continuada tenha sido suprimido, a importância da formação está presente na definição dos processos de certificação profissional, em três de suas finalidades, e em um de seus princípios, expressamente nos artigos 4º, 10º e 18º. O CERTIFIC, portanto, se constitui “um conjunto articulado de ações de natureza educativa, científica e tecnológica [...] que possibilite a elaboração de itinerários de certificação e formação profissional [...] para



fins de prosseguimento de estudos ou de exercício profissional ” (BRASIL, 2014, sem grifos no original).

A experiência brasileira nos processos de Certificação Profissional, entre os anos de 2009 a 2011 foi realizada pelos Institutos Federais de Educação e não alcançou a meta inicialmente proposta (10 mil trabalhadores). Neste período pouco mais de 35% dos trabalhadores previstos na meta inicial foram atendidos em processos de reconhecimento de saberes, sendo que menos de 4% receberam a certificação. Dos trabalhadores atendidos, em torno de 33% foram encaminhados para cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou de elevação de escolaridade integrado a uma qualificação profissional (PROEJA FIC), a fim de receber formação complementar necessária ao respectivo certificado (MEC/MTE, SETEC 2014).

Considerando-se que o principal objetivo do CERTIFIC é o reconhecimento de saberes dos trabalhadores pode-se dizer que esta primeira experiência não atingiu o seu propósito inicial. Em síntese, de acordo com as políticas públicas existentes, se o CERTIFIC deve incentivar a formação continuada dos trabalhadores, deve também buscar aprimorar-se quanto às metodologias avaliativas para que aconteça realmente o diálogo entre o saber empírico dos trabalhadores e o saber formal, permitindo a construção coletiva de conhecimento durante o processo de certificação.

Foi no contexto do Grupo de Trabalho de Reestruturação do CERTIFIC (GT CERTIFIC) que o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) obteve a autorização do Ministério da Educação (MEC) para iniciar uma experiência de integração entre reconhecimento de saberes profissionais e elevação de escolaridade para trabalhadores. Por meio da Comissão Permanente de Integração dos Programas Sociais do IFSC (CIPS), a instituição passou a repensar a oferta do CERTIFIC. O caminho escolhido foi a oferta do CERTIFIC integrado ao PROEJA. A motivação se deu pela percepção da identidade do público demandante dos dois programas e por sua potencial complementariedade. O primeiro reconhece e certifica saberes profissionais; o segundo, eleva a escolaridade e complementa as lacunas a serem preenchidas pelos saberes profissionais não reconhecidos e necessários para a certificação profissional. A integração do CERTIFIC ao PROEJA vem acontecendo em quatro projetos pilotos em diferentes cidades catarinenses, e tem possibilitado o aprimoramento das metodologias avaliativas.

O Câmpus Itajaí, localizado no litoral norte de Santa Catarina, ofertou o curso PROEJA CERTIFIC Pescador Profissional, entre 2014 e 2015. Essa experiência foi realizada por meio de uma parceria com a Secretaria Municipal de Penha. O projeto de curso contemplou um processo de reconhecimento de saberes dos trabalhadores do setor pesqueiro propiciando a elevação da escolaridade e a formação profissional de forma integrada. Durante a realização do processo de certificação, a forma e o local das avaliações tiveram que ser repensadas em função da apreensão observada nos trabalhadores candidatos ao reconhecimento. Alguns tiveram medo de passar pelo processo de certificação, mesmo havendo uma etapa inicial de sensibilização e acolhimento. A equipe, então, alterou a metodologia pensada inicialmente, realizando as entrevistas, por exemplo, em local mais próximo de sua realidade, e não na escola. Também foi observado o interesse em participar das aulas, por parte dos alunos, mesmo daqueles componentes curriculares que já haviam sido certificados.



O Câmpus Florianópolis Continente, localizado no litoral central de Santa Catarina ofertou o curso PROEJA CERTIFIC em Guia de Turismo. Na experiência deste câmpus a apreensão com relação às avaliações dos saberes profissionais partiu da equipe multidisciplinar. Alguns professores questionaram a realização de avaliação da prática profissional por candidatos que, na sua compreensão, tinham pouca experiência em guiamento. As reflexões que se seguiram a este questionamento, bem como a decisão de realizar a avaliação, mesmo com os candidatos considerados pouco experientes foi fundamentada na própria Portaria Interministerial, na qual está clara a natureza formativa e não apenas avaliativa do CERTIFIC. O objetivo de ter sido construído um Projeto Pedagógico de Curso e Certificação Profissional (PPCCP) em que os professores apresentam os Componentes Curriculares do curso de referência, foi levar os trabalhadores a refletirem sobre a sua prática, e quiçá, buscar se preparar para realizar a avaliação. Em suma, um candidato pode não ter experiência em um ou mais aspectos a serem avaliados, mas pode optar por realizar a avaliação a partir do que ouviu na apresentação, ou do que foi buscar, teoricamente ou mesmo numa relação dialética entre teoria e prática, ao voltar para o seu cotidiano laboral.

Como resultados alcançados por estes projetos piloto destaca-se a natureza, avaliativa, formativa e certificadora do processo, bem como o seu caráter coletivo. A oferta do CERTIFIC pressupõe a elaboração de um Projeto Pedagógico de Certificação Profissional (PPCP) e este por sua vez, deve prever a identificação da demanda por certificação de um grupo de trabalhadores previamente contatado, por meio de ações de extensão. Importante ressaltar, ainda, a existência de duas etapas: a primeira é dedicada ao processo de reconhecimento de saberes dos trabalhadores e a segunda à complementação de saberes considerada necessária, e indicada pela equipe multiprofissional. As duas etapas devem estar previstas e detalhadas no PPCP.

O caminho metodológico da CIPS, no qual a experiência precedeu a regulamentação, mostrou-se como promissor na busca por avanços metodológicos na Certificação de Saberes na Educação de Jovens e Adultos. Neste caso, a experiência dos projetos piloto fundamentou a construção da Resolução nº 59 do IFSC, que Regulamenta o Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais na instituição, na qual é possível apreender a concepção educativa, inclusiva e coletiva desta oferta no IFSC.

**Palavras-chave:** EJA; Certificação de Saberes Profissionais; CERTIFIC; PROEJA.

## REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO /SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. MEC/MTE/SETEC. **Documento Orientador da Rede Nacional de Certificação Profissional**. Rede CERTIFIC, 2014.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 5, de 25 de abril de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 maio. 2014. Seção 1, p. 14/15.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. LOPES, Sebastião Neto. Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. **Educação e Sociedade**. Campinas-SP. vol. 26, n. 93, p. 1435-1469, Set./Dez. 2005.



**ALFAEJA**  
II Encontro Internacional de Alfabetização  
e Educação de Jovens e Adultos

FISCHER, Maria Clara Bueno. FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e educação profissional. Diálogos Possíveis. **Educação, Sociedade e Culturas**. Revista Científica Interdisciplinar. Porto-Pt, n. 29. p. 199 de 217, 2009.